

AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS ECONÔMICOS DO FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE ENTRE 2004 E 2010

Guilherme Mendes Resende

Coordenador de Estudos Regionais da Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea.

Este artigo visa avaliar os impactos econômicos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) entre 2004 e 2010. O FNE e os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO) e do Centro-Oeste (FCO), criados em 1989, constituem um dos principais instrumentos de promoção e financiamento de atividades intrínsecas à Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) instituída pelo Decreto nº 6.047 de 2007. Esses recursos destinados ao desenvolvimento regional são gerenciados pelo Ministério da Integração Nacional (MI), sendo os financiamentos concedidos por meio dos bancos administradores. Esse programa – que empregou cerca de R\$ 50,3 bilhões entre 2004 e 2010, o que representou 13,5% do produto interno bruto (PIB) do Nordeste de 2004 – destina 1,8% do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados para aplicação em programas de financiamento aos setores produtivos da região Nordeste.

A abordagem utilizada neste estudo combina avaliações em várias escalas regionais dos impactos do FNE. Tal enfoque é relevante tendo em vista que o objetivo do fundo é definido no nível macro (redução das desigualdades regionais), mas os recortes geográficos podem ser variados para a investigação dos impactos regionais. Por exemplo, podem-se estudar estes impactos em níveis municipal, microrregional, mesorregional etc. Investigações desse tipo remetem à questão de problemas de agregação dos dados, ou problema de unidade de área modificável – *modifiable areal unit problem* (MAUP) –, lançando luz sobre a questão da escolha da escala espacial para análise, que é um ponto problemático na pesquisa aplicada. Neste sentido, o trabalho busca investigar os resultados em várias escalas espaciais para compreender melhor os impactos do FNE ao longo do território.

Com relação aos métodos de avaliação, foram utilizados modelos de dados em painel com efeitos fixos, em que é possível incluir tanto as características observáveis quanto não observáveis invariantes no tempo (por exemplo, as características institucionais, se forem consideradas relativamente constantes durante o período analisado) que são representadas pelo efeito fixo. Esta abordagem permitiu uma avaliação mais precisa e robusta dos impactos dos empréstimos do FNE sobre o crescimento do PIB *per capita* entre 2004 a 2010, sendo possível uma melhor identificação deste efeito causal. Além disso, avaliou-se pela primeira vez e com dados recentes o desempenho do FNE em cada um dos três setores a que ele se direciona: agropecuário, industrial e comércio/serviços.

Em resumo, os resultados das estimações dos modelos em painel de efeito fixo mostraram que os recursos do FNE-total apresentaram impactos positivos sobre o crescimento do PIB *per capita* em nível municipal e microrregional. Ademais, os resultados mais confiáveis sugerem que os efeitos positivos do FNE-total são em grande medida influenciados pelo desempenho e impacto positivo dos empréstimos do FNE para o setor agropecuário. Por sua vez, não se identificaram impactos estatisticamente significativos dos empréstimos do FNE na escala mesorregional, provavelmente porque a referida escala apresente unidades geográficas muito extensas e internamente muito heterogêneas, fato este que dificulta a mensuração dos impactos econômicos.